

# OUVIR A SOCIEDADE

Esta não é a primeira vez que abordo aqui o tema da rede ferroviária de alta velocidade, também designada por TGV (sigla da marca comercial da alta velocidade francesa que significa *Train à Grande Vitesse*).

Não é a primeira vez e, seguramente, não será a última. Tanto mais que este é um assunto que vai trazer muitas e graves implicações ao nosso concelho.

Recuando no tempo, a primeira vez que abordei o assunto foi no editorial de 21 de Fevereiro de 2007, a propósito do acidente na linha do Tua que resultou na perda de vidas humanas.

Na altura, chamei a atenção para o facto de muitas linhas ferroviárias do interior do país estarem completamente votadas ao abandono, enquanto que o Governo anunciava o arranque de um projecto de grande envergadura como é o TGV.

Mais recentemente, no dia 2 de Abril, abordei neste editorial a entrada em vigor das designadas “medidas preventivas” decretadas pelo governo central.

Essas medidas de carácter excepcional vêm condicionar todo e qualquer tipo de obra urbanística ou de alteração do coberto vegetal numa determinada faixa territorial com uma largura de 400 metros, entre Lisboa e o Porto.

Impõe a lei que qualquer intervenção dentro dessa faixa está condicionada a um parecer vinculativo da REFER.

Nada mais castrador para o desenvolvimento do território e para os legítimos interesses e aspirações das populações que habitam ou trabalham nestas zonas.

Mas, o mais paradoxal é que o Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, que institui essas medidas preventivas, sustenta que a execução deste projecto traduz-se “*num factor de coesão territorial e social dado que permitirá a criação de um sistema de transportes moderno e eficiente capaz de*

*aproximar população e território, elemento decisivo no combate às assimetrias regionais”.*

De facto, nada mais enganador e distante da realidade. Ainda esta semana, quando participava na sessão solene de comemoração do Dia da Freguesia de Maceda tive a oportunidade de ouvir, em uníssono, a profunda discordância relativamente a este projecto e, em concreto, ao seu traçado que vai prejudicar esta freguesia do Concelho de Ovar.

Diga-se que as freguesias de Arada, Maceda e Esmoriz serão fortemente lesadas com um traçado que prevê, literalmente, “cortar a meio” estas freguesias.

Neste último fim-de-semana, e num outro contexto, tive também a oportunidade de participar numa sessão de esclarecimento promovida por uma comissão de moradores de Espinho que, também, se opõem fortemente a este projecto e ao seu traçado. Um traçado que se sobrepõem a habitações, unidades industriais, igrejas, cemitérios e até a um pavilhão desportivo recentemente construído e ainda não inaugurado.

A revolta das pessoas é legítima e faz todo o sentido.

Tal como em muitas outras matérias, a Sociedade Civil começa-se a fazer-se ouvir no nosso país.

O desenvolvimento dos países e o grau de maturidade de um qualquer regime democrático, também passa pela capacidade de intervenção da Sociedade Civil.

*Ovar, 21 de Maio de 2008*

**Álvaro Santos**